ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA "COMISSÃO TÉCNICA DE COORDENAÇÃO" DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA.

Aos nove dias do mês de Outubro do ano dois mil e dois, realizou-se, no Edifício dos Paços do Concelho de Águeda, a primeira reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Director Municipal. ----------

A referida reunião teve início pelas dez horas e trinta minutos, registando-se a presença dos seguintes representantes das Entidades adiante indicadas: ----------

Pela **Direcção - Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano**: Sr.ª Engenheira Margarida Lopes. ----------

Pela **Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro - de Coimbra** – Sr.ª Engenheira Alice Jorge Azenha, Sr. Dr. António Júlio Veiga Simão e Sr.ª Dra. Maria Alexandra Grego; - **de Aveiro** - Sr.ª Engenheira Maria José Cardoso Sucena. ----------

Pelo **ICERR - Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária - Direcção de Estradas de Aveiro** – Srªs Engenheiras Angela Maria Pereira de Sá e Isabel Alexandra Machado Santos. ----------

Pelo **Instituto da Conservação da Natureza** - Sr.ª Arquitecta Maria Madalena Sampaio. ----------

Pelo **Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR** – Sr.ª Engenheira Maria da Glória Fernandes . ----------

Pelo **Ministério da Economia - Direcção Regional do Centro** – Sr. Dr. Avelino Rodrigues . ----------

Pela **Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral** – Sr. Engenheiro António Elísio Marques Godinho. ----------

Pela **Direcção Geral das Florestas** - Sr. Engenheiro João Alexandre da Silva Rocha Pinho. ----------

Pela **Rede Ferroviária Nacional** – Sr. Engenheiro António Botelho Moreira Braga. ----------

Pela **Câmara Municipal de Águeda** - Srs. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Castro Azevedo, e Vice-Presidente, Engenheiro José Eloi Morais Correia. ----------

Estiveram também presentes, por parte da Câmara Municipal, os Técnicos responsáveis pela elaboração do processo de Revisão em curso, Arquitecta Marlene Ferreira Marques, Directora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, e ainda os Técnicos Superiores de Planeamento, Isabel Nogueira Belchior e Pedro Alexandre Ferreira Alves. ----------

A reunião iniciou-se com uma explicação sumária dos trabalhos já desenvolvidos no âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal, efectuada pela Arquitecta Marlene Marques, salientando, sobretudo, as acções já concretizadas e que se caracterizam por : ----------

- Digitalização do Plano Director Municipal;
- Abertura de Inquérito Público com a criação de um "Atendimento Específico" ;
- Reuniões nas sedes das Juntas de Freguesia, no decorrer das quais, quer as Juntas, quer a população em geral, têm vindo a apresentar os seus próprios problemas, bem como algumas propostas a ponderar no âmbito da Revisão do P.D.M.;
- Registo cartográfico de todos os pedidos apresentados;
- Visitas de trabalho a todas as Freguesias do Concelho, para um reconhecimento local, procurando identificar todas as construções existentes fora dos actuais perímetros urbanos;
- Proposta de delimitação dos novos perímetros para resolução de problemas existentes;
- Desenvolvimento das diligências necessárias à homologação da Cartografia.

Pelo Dr. Pedro Alves, foi feita uma apresentação, em suporte digital, tendo como objectivo principal uma caracterização do Concelho e do P.D.M. actualmente em vigor. ----------

Na sequência destas primeiras notas explicativas, usou da palavra a representante da Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, Sr.ª Engenheira Alice Azenha, que referiu, nomeadamente: ----------

" Torna-se indispensável definir uma estratégia que orientará o processo de revisão. A Lei que regulamenta a REN (Reserva Ecológica Nacional) é a mesma e não há indicações de alterações à filosofia de actuação que tem vindo a ser seguida." ----------

Informou, depois, que a DRAOT - Centro, está a elaborar uma nova proposta de delimitação da REN sobre a Cartografia digital fornecida pela Câmara Municipal e relembrou que não há receptividade para alargar os Perímetros Urbanos pelo que o seu redimensionamento e a sua redução deverão ser o objectivo desta Revisão. ----------

Quanto à rede viária, não vê problemas de maior, na medida em que as orientações actuais passam pela classificação dos solos na sua totalidade, havendo, assim, lugar a informação sobre a capacidade e classificação do solo sobre o traçado da rede viária prevista. ----------

A terminar esta intervenção, a Sr.ª Engenheira Alice Azenha alertou ainda para a necessidade de instruir o processo com a "Carta do Ruído" e com a "delimitação das áreas inundáveis", trabalho esse que deve ser elaborado em conformidade com as orientações técnicas da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. ----------

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. António Júlio Veiga Simão, da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro, que referiu, nomeadamente: ----------

" Quanto a este processo de revisão, a Câmara Municipal de Águeda já nos enviou a Cartografia digital, tendo-se verificado a existência de alguns problemas de ordem técnica. Esta situação foi oportunamente comunicada à Câmara de Águeda e temos já conhecimento de que se estão a desenvolver diligências no sentido da sua resolução". ----------

Informou ainda que já foi definido um conjunto de critérios e a metodologia de elaboração da nova Carta da REN. ----------

A finalizar, o Sr. Dr. Veiga Simão solicitou a colaboração da Câmara Municipal, na disponibilização de informações sobre a cota das cheias e, ainda, no envio da Cartografia, em formato digital, dos actuais Perímetros Urbanos. ----------

A Sr.ª. Engenheira Alice Azenha interveio novamente para referir a necessidade de serem elaborados estudos de caracterização, que permitam uma avaliação muito concreta da evolução do Concelho desde a data da entrada em vigor do actual Plano Director Municipal. ----------

Na intervenção seguinte, o Sr. Engenheiro Avelino Rodrigues, do Ministério da Economia, aludiu ao facto do Concelho de Águeda possuir características muito específicas no que respeita à ocupação industrial. E sobre este assunto teceu as seguintes considerações : ----------

- " A "mistura" de funções é bastante significativa, havendo indústrias dentro dos perímetros urbanos, quer pela sua construção junto a habitações preexistentes, quer pela aproximação de novas habitações a unidades preexistentes". ----------
- "A existência de unidades integradas na área da REN, é outra questão que importa resolver". O caso das "Águas Serranas é um exemplo típico de colisão com a REN, não sendo tecnicamente defensável que a unidade de engarrafamento esteja ou seja deslocada da captação. " ----------

- " Por outro lado, trata-se de uma unidade devidamente licenciada e já existente quando a REN foi delimitada." ----------

O Sr. Engenheiro Avelino Rodrigues referiu ainda que a Nova Regulamentação da Actividade Industrial se encontra quase concluída, terminando a sua intervenção reafirmando que o Concelho de Águeda, dadas as suas características muito próprias, necessita de ser estudado com muito cuidado e bastante atenção." ----------

A propósito destas situações enunciadas pelo Sr. Engenheiro Avelino Rodrigues, a Sr.ª Engenheira Maria José Sucena afirmou que Águeda é, realmente, um caso muito específico, e que, no desenvolvimento da sua actividade profissional, tem deparado com algumas dificuldades, principalmente em casos de ampliações de unidades industriais. ----------

No prosseguimento da reunião, interveio a representante do ICERR – Direcção de Estradas de Aveiro, Sr.ª Engenheira Angela Maria Pereira de Sá, que chamou a atenção para a necessidade de ser contemplada na estrutura viária do Concelho, a Estrada Nacional 336, que ainda se encontra sob a tutela do ICERR. ----------

De seguida o Sr. Eng. António Botelho Moreira Braga, representante da REFER - Rede Ferroviária Nacional, referiu a propósito da Linha do Vouga, e do troço que atravessa o Concelho de Águeda, que não estavam previstos investimentos no âmbito das infra estruturas, para além dos normalmente decorrentes das acções de conservação. ----------

Para além deste facto, acrescentou que a REFER, através da sua Equipa de Supressão e Reconversão de Passagens de Nível, tem em curso estudos para supressão de diversas PN´s relativas ao Concelho de Águeda. ----------

Por sua vez, o representante da Direcção - Geral das Florestas, Sr. Engenheiro João Alexandre da Silva Rocha Pinho, referiu que o Concelho de Águeda tem uma ocupação muito expressiva no que diz respeito à floresta, sendo esta uma componente muito importante na economia regional. Contudo, por vezes os modelos de silvicultura e de organização territorial utilizados nos espaços florestais não são os mais aconselháveis, pelo que o PDM em conjugação com o processo de elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

poderá fornecer pistas para a melhoria da situação actual. Chamou, porém, a atenção para o facto da possibilidade de ocupação urbana em zonas florestais originar uma "distorção" no mercado, com o consequente aumento e especulação dos preços dos solos, tornando-os incomportáveis para a exploração florestal. ----------

No que respeita às questões da "Protecção Civil", alertou para a necessidade de, o PDM integrar uma estratégia de defesa da floresta contra incêndios, que trate igualmente a questão especifica da protecção das habitações e outras infra-estruturas, se possível em articulação com um plano municipal de intervenção na floresta (Dec-Lei n.º 423/93, de 21 de Dezembro). ----------

Para além deste facto, aludiu à existência de dois Perímetros Florestais a considerar: o do Préstimo e o de Rio Mau.----------

Por fim, informou que as estradas florestais construídas pelo Estado têm um estatuto semelhante ao das Estradas Nacionais.----------

De seguida, a Sra. Engenheira Maria da Glória Fernandes, representante do IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, chamou a atenção para a necessidade de reajustar o Regulamento do PDM actual à nova realidade jurídica.----------

Por sua vez, a Sra. Eng. Margarida Lopes, representante da Direcção - Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, chamou a atenção para o constrangimento no alargamento dos Perímetros Urbanos e para a indispensabilidade de serem apresentados novos estudos de caracterização, para a carta do ruído e para a delimitação da área de cheias. Aludiu depois ao facto da rectificação do PDM só poder ter lugar se a cartografia de base for catografia homologada. ----------

O Sr. Engenheiro António Elísio Marques Godinho, representante da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral - do Desenvolvimento Rural e das Pescas, interveio seguidamente para referir que o trabalho de Revisão do PDM deve partir da delimitação da Reserva Agrícola Nacional que consta do actual Plano. Solicitou ainda que lhe fosse enviado, em formato digital, a actual Carta de Condicionantes do PDM, de onde conste a delimitação da RAN. ----------

Mais referiu que as desafectações a propor no âmbito desta revisão têm que seguir os trâmites normais impostos na legislação da RAN (DL 196/89 e 274/92).----------

Sobre este assunto, a Arquitecta Marlene Marques, da Câmara Municipal, referiu não concordar com os processos de "desafectação" da RAN, tendo afirmando, nomeadamente "Essas áreas, classificadas como fazendo parte integrante da RAN, não passam a "urbanas" com a desclassificação pela Comissão da Reserva Agrícola da Beira Litoral e, assim sendo, só se criam falsas expectativas aos munícipes que, após a obtenção do parecer favorável, acabam por ver a sua pretensão indeferida pela Câmara Municipal, logo que se verifica que o terreno não está classificado como "perímetro urbano". ----------

O Sr. Eng.º António Elísio Marques Godinho, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, lembrou que "as áreas integradas em aproveitamento hidroagrícolas" têm um novo regime jurídico (DL 86/2002, de 6 de Abril) que limita o seu uso e ocupações não agrícolas, pelo que devem ser delimitados na carta de condicionantes, tendo-se comprometido a fornecer toda a informação disponível sobre este tipo de aproveitamentos existentes no Concelho. Comunicou ainda que existem, em elaboração, dois projectos de emparcelamento, da responsabilidade da Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Águeda, cujas áreas de intervenção devem também ser marcadas na carta de condicionantes e que a referida Cooperativa poderá informar sobre este assunto e fornecer os elementos necessários para a sua delimitação.----------

Recomendou ainda à Câmara Municipal o fornecimento, à Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Águeda, do traçado da Variante de Assequins já que esta infra-estrutura pode ter implicações na elaboração dos projectos de emparcelamento em curso.----------

A Sr.ª Arquitecta Maria Madalena Sampaio, representante do Instituto da Conservação da Natureza, referiu que as alterações pretendidas na delimitação dos perímetros urbanos existentes, terão de ser analisadas caso a caso, uma vez que integram a Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro. ----------

O representante do Ministério da Economia, Sr. Engenheiro Avelino Rodrigues, informou da existência de uma área cativa de recursos geológicos, na Freguesia de Aguada de Cima. ---------

Recomendou ainda uma consulta ao distribuidor da energia eléctrica solicitando parecer e planta com a implantação das linhas existentes e previstas, bem como a indicação das aéreas e subterrâneas, considerando, ainda, caso necessário uma consulta à REN - Rede Eléctrica Nacional. ----------

O Sr. Engenheiro Eloi Correia, Vice Presidente da Câmara, referiu-se, em seguida, ao facto de existirem áreas do Concelho de Águeda que foram incluídas no Plano Director Municipal de Albergaria-a-Velha . A propósito desta questão, a Sr.ª Engenheira Alice Azenha informou de que o Plano Director deverá também abranger este "acerto" . ----------

Finalmente, a Sr.ª Engenheira Alice Azenha lembrou que a próxima reunião desta comissão deverá ser solicitada com a antecedência mínima de três semanas. ----------

E não havendo mais nada a tratar, foi declarada encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por todos os intervenientes . ----------

Maria José Cardoso Sucena
Angela Maria Pereira da Silva
Carlos Emanuel Domingos Aniceto
P/o Ricardo Bacelar B. Moreira
P/o DGRF - Teresa de Lurdes Pires Seara
Marlene Ferreira Marques CMA
P/o Alexandre Ferreira Alves CMA
Isabel Nogueira Belchior